

**Perspectiva de ecoturismo na ilha de Camará-Açu e a relação de  
pertencimento do pescador local com a APA da Costa do Urumajó**

**DOI: 10.2436/20.8070.01.126**

**Amós Santos Amorim**

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará, Brasil

Diretor Municipal de Turismo de Augusto Corrêa-PA, Brasil

E-mail: [amosamorim@gmail.com](mailto:amosamorim@gmail.com)

**Raul Ivan Raiol de Campos**

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará, Brasil

Professor da Universidade Federal do Pará, Brasil.

E-mail: [raulcampos@ufpa.br](mailto:raulcampos@ufpa.br)

**Resumo**

O presente artigo aborda a possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação na Amazônia, especificamente na ilha de Camará-Açu pertencente à Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa do Urumajó, localizada na região nordeste do estado do Pará, cuja gestão é de responsabilidade do município de Augusto Corrêa. O estudo objetivou identificar as potencialidades de desenvolvimento de ecoturismo na ilha de Camará-Açu, por meio dos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais da APA. Esta pesquisa teve como base metodológica levantamentos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo. Analisaram-se os aspectos naturais e a vivência do cotidiano dos pescadores artesanais da ilha de Camará-Açu. Os resultados apontam que a ilha apresenta atrativos naturais diferenciados, embora haja problemas ambientais que podem ser solucionados com a elaboração do plano de manejo; a atividade turística ocorre sem planejamento e de forma espontânea; a cultura da pesca e a relação do pescador artesanal com o meio natural são importantes para o desenvolvimento do ecoturismo na ilha.

**Palavras-chave:** Área de Proteção Ambiental. Ecoturismo. Camará-Açu. Pescadores artesanais.

## 1 INTRODUÇÃO

A busca pela preservação do ambiente natural não é um processo recente, pois nos primórdios da humanidade já se notavam iniciativas, primeiramente no oriente e posteriormente no ocidente. Esse processo ficou mais evidente com a criação do primeiro Parque Nacional (PARNA) nos Estados Unidos da América (EUA), conhecido como PARNA de *Yellowstone*, em 1872, baseado na concepção preservacionista de parque sem a presença humana (DIEGUES, 1994). A partir desse período, a ideia de se ter áreas protegidas se expandiu pelo mundo. O “Modelo *Yellowstone*” chegou ao Brasil com a criação em 1937 do PARNA de Itatiaia (RJ e MG), primeira área protegida criada no país.

Ao adotar esse modelo, o Estado brasileiro desconsiderou a realidade do país, principalmente na Amazônia onde a criação de áreas protegidas tem gerado vários conflitos sociais e ambientais, devido à presença de populações locais em áreas que foram legalmente protegidas. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental (2018) existe 340 UC na Amazônia Legal, sendo que 146 são federais e 194 estaduais. No estado do Pará existem 78 UC incluindo federais e estaduais, das quais 10 são APA.

A APA da Costa de Urumajó está localizada no município de Augusto Corrêa, na região nordeste do estado do Pará, tendo seu limite ao Norte, com o oceano Atlântico, apresenta um meio natural muito preservado, embora receba um excessivo uso por parte dos pescadores locais (ROSA, 2007). Nesse limite, encontram-se ilhas que são os principais patrimônios naturais da região, com grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. A APA apresenta um arquipélago composto por 29 ilhas, dentre as quais, teve-se como foco de pesquisa, a ilha de Camará-Açu por seu potencial como destino de ecoturismo, para aqueles que almejam um contato mais próximo com a natureza do local e com a cultura dos pescadores que trabalham sazonalmente nas praias pertencentes à ilha.

A ilha de Camará-Açu possui atributos naturais que podem transformá-la no principal atrativo turístico da região, podendo alavancar a economia local se for planejado e trabalhado de maneira adequada, seguindo todos os parâmetros legais de preservação do meio ambiente. Desse modo, apresentam-se neste artigo os potenciais dessa UC para o desenvolvimento do ecoturismo.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi identificar as potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo na ilha de Camará-Açu, por meio dos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais da APA da Costa de Urumajó. Mostra-se o processo de visitação e uso/ocupação da Ilha de Camará-Açu, dando ênfase a vivência dos pescadores locais, como um dos atores fundamentais para desenvolvimento do ecoturismo na ilha.

Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1999, p.65) “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p.65).

A pesquisa documental, também, foi relevante para realização da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.174), ela caracteriza-se pela coleta de dados “[...] restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Teve-se acesso a documentos importantes, como o documento de criação da

APA, o Inventário da Oferta Turística do município de Augusto Corrêa (PONTES, 2014) e o Relatório Socioeconômico do Município (ALMEIDA; SILVA, 1998) quando foi criada a APA.

A pesquisa de campo constitui-se em parte fundamental para realização da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.186) a pesquisa de campo “[...] consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”. A pesquisa de campo foi realizada em junho de 2016, inicialmente com entrevistas aos órgãos públicos ligados direta e indiretamente com a APA.

A segunda etapa da pesquisa de campo ocorreu na ilha de Camará-Açu, com ajuda de um pescador local, conhecedor da área, que foi informante importante para o desenvolvimento desta etapa. Com sua ajuda conseguiu-se averiguar a área e as transformações decorrentes, verificando tanto os impactos naturais, quanto os humanos e as potencialidades que a ilha oferece como atrativo turístico.

Na pesquisa de campo foram registradas imagens da paisagem atual da ilha, bem como obter conhecimento sobre atividade turística na mesma, por meio de entrevistas com pescadores locais, para conhecer o processo de visitação da UC, e como usufruem dos seus recursos naturais. Desse modo, foram aplicados 20 questionários com os pescadores que se encontravam nas praias da ilha, especificamente nas praias de Cupim e Areia Branca, para conhecer seu cotidiano na APA.

Nesta pesquisa optou-se pela técnica de observação direta que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.190). Por meio dessa metodologia, foram obtidas informações mais precisas para se chegar ao resultado final deste artigo. Assim, expondo o modo de vida dos pescadores que tem essa área como local de trabalho e como o turismo se desenvolve na ilha, quais seus atrativos e suas potencialidades.

## 2 TURISMO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

No século XIX surgiram as primeiras aspirações para criação de áreas legalmente protegidas para resguardar os ecossistemas e as paisagens naturais. George Catlin, em 1832, foi um dos primeiros preocupado com a preservação do mundo selvagem (*wilderness*), quando mencionou que sua proteção poderia ser feita por meio da criação de um “Parque da Nação” (NASH, 1967, p.101). Henry David Thoreau também estava preocupado como a preservação do *wilderness*. Em 1858, Thoreau defendeu a proteção do *wilderness* como uma reserva para proteção da civilização (NASH, 1967).

O marco histórico deste tipo de iniciativa foi o Parque Nacional de *Yellowstone* (PARNA de *Yellowstone*), criado em 1872, nos Estados Unidos da América (DIEGUES, 1994). Tratou-se da demarcação de uma área onde os recursos naturais seriam protegidos da ação depredadora do ser humano e cujos lugares aprazíveis seriam destinados ao lazer, ou seja, ao ócio das populações urbano-industriais (CAVALCANTE; FURTADO, 2011).

No Brasil, segundo Quaresma (1998), os primeiros indícios de áreas protegidas seguindo o modelo americano, ocorreram por iniciativa de André Rebouças, em 1876. Porém, a autora afirma que este não obteve sucesso e, somente em 1937, com a criação do PARNA de Itatiaia (RJ, MG), através de um processo conturbado, foram instituídos

os primeiros PARNA no país. O Brasil foi um dos países que mais tardiamente submeteu-se à ideia internacional de criação de parques, após a iniciativa americana de 1872 (MEDEIROS, 2006).

No Brasil o processo de criação de UC iniciou em 1979 com um estudo intitulado “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil”, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Fundação Brasileira para Conservação da natureza (FBCN) (MEDEIROS, 2006). Segundo este autor, o documento foi revisado em 1982 e após debates foi transformado em anteprojeto em 1992 e encaminhado ao Congresso Nacional, que após oito anos de discussão resultou no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, foi o grande passo para o Brasil, no sentido de fomentar o desenvolvimento sustentável no país, pois surge como uma alternativa de desenvolvimento, ante os riscos da degradação do meio ambiente e, ganha força, na medida em que se incorporavam à discussão, as preocupações de cunho social (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS, 2007).

O SNUC estabeleceu a criação de UC nas esferas federal, estadual e municipal (BRASIL, 2000). No SNUC as UC são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2008, p.15).

O SNUC estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC, instituindo dois grupos de UC: As UC de proteção integral e as UC de uso sustentável. Segundo este documento:

Unidades de Proteção Integral: têm o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.  
Unidades de Uso Sustentável: têm como objetivo compatibilizar a conservação com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais (BRASIL, 2008, p.20-21).

As UC de Uso Sustentável são aquelas destinadas, tanto à conservação da biodiversidade, quanto à extração racional dos recursos naturais. Nessas UC, são permitidos o turismo, a educação ambiental e a extração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com base no manejo sustentável e, de acordo com o Plano de Manejo da UC. As populações denominadas tradicionais podem permanecer em seu interior, desde que realizem atividades com regime de manejo (VERISSIMO *et al.*, 2011). É nessa categoria que se inserem as APA.

Para Rente (2006), as APA foram instituídas no país através de diversos estudos feitos pela Secretária de Meio Ambiente (SEMA), que identificou a importância de se criar novas tipologias de UC, a fim de preservar o meio ecológico brasileiro. Assim, a criação das APA foi constituída pela Lei nº. 6.902/81 e regulamentada pelo Decreto nº. 88.351 de 01 de junho de 1983. O SNUC apresenta as APA como:

UC instituídas em terras públicas ou privadas pelo Poder executivo, municipal, estadual ou federal, resguardados os preceitos constitucionais do direito à propriedade, visando o bem-estar das

populações locais e a conservação das condições ecológicas daquele ambiente (BRASIL, 2008, p.9).

Conforme o Art. 15 deste documento, esse tipo de UC:

É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2008, p.9).

Dos fatores que envolvem a criação das UC na Amazônia e no estado do Pará, “[...] as questões ambientais, estão cada vez mais, associadas a outras, como a socioeconômicas, histórico-cultural e a turística” (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS, 2007, p.7). De acordo com Simonian, Pinto e Campos (2007, p.15) “[...] deve-se repensar os modelos de planejamento de desenvolvimento da Amazônia, e que se leve em conta, a sua historicidade na relação ser humano e natureza”. Rosa (2007) relata que a distância que se impõe entre as populações com seu saber local e a inexistência de políticas públicas que as representem, em relação às autoridades científicas e políticas responsáveis pela criação das UC refletem-se numa inoperância das mesmas em relação aos seus objetivos quer sejam ambientais ou quer sejam sociais.

Devido essas características, é de fundamental importância o planejamento para o desenvolvimento do turismo em UC, numa ótica que apontem claramente quais objetivos econômicos e sociais que se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que deverá ser valorizada, pois “[...] a proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis” (ANSARAH, 2001, p.30).

Dentre as atividades de desenvolvimento turístico apontadas em UC, a mais apropriada é o ecoturismo. Esta atividade quando planejada, dentro dos parâmetros legais, proporciona diversos benefícios às comunidades que vivem no interior ou no entorno dessas áreas. Para Campos (2005, p.3), o ecoturismo “[...] é uma nova concepção de turismo que supera as práticas convencionais”. Esta atividade de acordo com o Ministério do Turismo (MTUR) gera “[...] entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, sendo desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal” (BRASIL, 2010, p.11).

Diante disto, o ecoturismo é hoje um dos segmentos que pode ser implementado em UC, dentre elas a APA porque “[...] gera benefícios econômicos às comunidades envolvidas e a valorização da cultura local” (VIEIRA; BULHÕES; BULHÕES, 2013, p.162). Esta valorização está relacionada à relação de dependência do morador local com o espaço natural. Esta relação é mais forte quando a comunidade local se sente parte do processo de constituição e proteção da UC.

Entretanto, ressalta-se que o ecoturismo em UC tem sido permeado por ações, muitas vezes, contraditórias do Estado que ao criá-las, não efetivam os planos de manejo no tempo estabelecido pelo SNUC. Isso permite que as atividades de turismo sejam implementadas sem planejamento adequado. Somente para citar alguns exemplos, tem-se o caso da APA de Algodual/Maiandeuá localizada no município de Maracanã, na região nordeste do estado do Pará, na qual o turismo foi implementado sem planejamento causando impactos ambientais e sociais na comunidade de pescadores

artesanais, conforme apontou estudo de Quaresma (2003). Outros exemplos são a APA São Geraldo e Parque Estadual da Serra do Martírios/Andorinhas ambos localizados no município de São Geraldo do Araguaia, na região sudeste do estado do Estado do Pará, no qual o estudo de Campos (2008) demonstrou que a atividade de turismo não tinha planejamento e nem comprometimento com a preservação dos atrativos naturais e culturais e sem o envolvimento da comunidade local. Portanto, com a APA do Urumajó pretende-se contribuir para evitar os problemas ocorridos nos exemplos citados.

### 3 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA COSTA DE URUMAJÓ

A APA da Costa de Urumajó é uma UC localizada no município de Augusto Corrêa, na Região Nordeste do estado do Pará. Este Município está localizado a 212 km da capital Belém, na Microrregião Bragantina e Região turística Polo Amazônia Atlântica. Seu acesso se dá pela BR 308 (Bragança-Viseu), PA- 462 regiões interligadas de Itapixuna e rodovia Bragança- Augusto Corrêa, ou por via fluvial, pelo rio Urumajó, principal rio que banha o município (PONTES, 2014), conforme observado na Figura 1.

Figura 1- Localização do município de Augusto Corrêa- Pará



Fonte: Google Maps

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Augusto Corrêa possui uma área territorial de 1.091,541 km<sup>2</sup>, sendo que 45,04% da população vive na área urbana. Nesse território destacam-se acidentes geográficos com rios e ilhas que se formam na costa, apresentando em sua extensão, matas nativas com igarapés e lagos, manguezais e praias paradisíacas, atrativos naturais que integram a APA (ALMEIDA; SILVA, 1998). Embora essas ilhas recebam sazonalmente pescadores artesanais da região, estas já tiveram moradores fixos, resultado do processo de ocupação do município.

O processo de ocupação ocorreu devido à migração, principalmente, de nordestinos que habitaram inicialmente essa área, fixando moradias na região de ilhas do município e trabalhando, especialmente, na pesca artesanal. Posteriormente, eles migraram para outras localidades devido ao forte processo de erosão nessas ilhas que dificultou a permanência dos moradores nesses espaços, que hoje se conhece com APA da Costa de Urumajó.

De acordo com o antigo gestor municipal, a ideia de criação da APA foi dos pesquisadores e técnicos do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), juntamente com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com o avanço dos estudos feitos na Ilha de Canelas no município de Bragança, a respeito da ave guará (*Eudocimus ruber*), que apontava

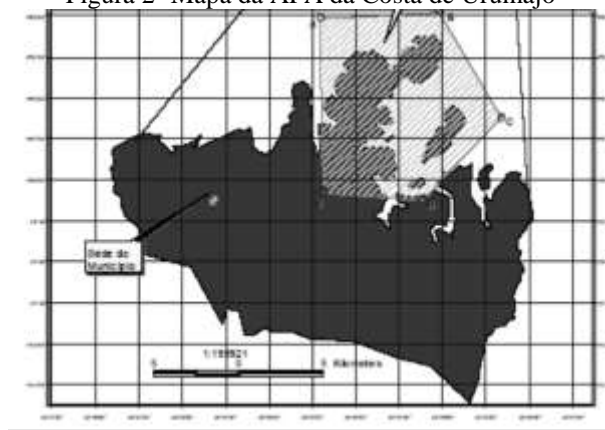
aquela área como um dos maiores ninhais do estado do Pará, juntamente com o crescimento dos estudos da área biológica, se atentou para a ilha da Filipa (localizada na APA), que estava recebendo grande número de pássaros migratório da ilha de Canelas.

Após estudos feitos naquela área, viu-se a necessidade de proteger seus recursos naturais, por serem identificadas outras espécies que ali existiam, e atentando-se para outras ilhas próximas, inclusive Camará-Açu, por sua riqueza natural e seus animais silvestres.

Desse modo, a APA da Costa de Urumajó, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa, foi instituída pela Lei Municipal N° 04, de 22 de junho de 1998. Segundo Rosa (2007, p.58), foi criada tendo como objetivos principais: “a conservação de recursos bióticos; a preservação do ninhal de guarás; a pesquisa científica; a educação ambiental e o ecoturismo, sem prejuízos das atividades de comunidades pesqueiras tradicionais”.

O mapeamento da APA da Costa do Urumajó foi realizado de forma técnica pelo MPEG, que foi um dos grandes incentivadores do processo de criação da UC. O MPEG já realizava pesquisas na área e identificou o potencial natural desta região fazendo o zoneamento da área para proteção, o qual pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2- Mapa da APA da Costa de Urumajó



Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi.

A APA apresenta uma área territorial de 306,17 km<sup>2</sup>, na qual se destacam de acordo com o conhecimento empírico do pescador Manoel Amorim, as diversas ilhas que são interligadas pelos rios que banham a região e pelos furos que, muitas vezes, foram construídos pelos próprios pescadores, assim destaca o pescador:

A Ilha das Pedras, Ilha do Bodá, Ilha do Paulo, Ilha do Piquia, Ilha do Periquito, que ficam as margens do rio Urumajó, descendo encontra-se as Ilhas de Goiabá, Pifania, Coroa Comprida, Marambaia, Cardoso, Prainha que pertence ao rio Camaramirim, logo Ilha do Pongão, Jabutiteua, Mandarité, Camará-Açu (praias do Cupim, Areia Branca, Camará-Açu, Cajueiro), Ilha da Onça e Camará-Açuzinho. Nesta área também se depara com o lombo do Murucí que sofreu processo de erosão e é visto apenas com a maré baixa. Na Costa do rio Aturiaí, descemos pela Ilha de Timboteua, Pirateua, Ilha dos Curicas, Ilha do Chibé e Ilha do Rodrigues. Descendo pelo rio Emburanunga, temos a Ilha do Coco e Ilha do Caripé. Do outro lado, se localiza a Ilha do Meio, Porto Velho, Carrapatinho e Ilha da Filipa (INFORMAÇÃO VERBAL, 2016).

Esse conhecimento empírico sobre a área é de fundamental importância para se estabelecer os limites territoriais e realizar o seu zoneamento econômico-ecológico. Nota-se, a importância, neste sentido, que o pescador tradicional tem para o levantamento de dados a respeito de localização dentro da APA. Esse conhecimento é herdado de pais para filhos, que ao longo de suas vidas, vão adquirindo técnicas de pesca e conhecimento sobre o local, no qual exercem essa atividade.

Com as características peculiares dessa área, poderia ter sido criada uma UC de Proteção Integral, mas a presença de comunidades pesqueiras dentro do território das ilhas e no entorno da área, levou à decisão do Governo Municipal de classificá-la na modalidade APA, forma que viabilizou a apropriação pelo Estado, de uma porção territorial onde já incidia o poder público (Terras de Marinha) (AQUINO; ROSA, 2009).

Apesar de o gestor municipal responsável pela sua criação alegar que não teve problema no processo de constituição da APA, Rosa (2007, p.64) alega que o processo não foi diferente dos demais casos da Amazônia, “[...] o processo de constituição da APA não se fez sem conflitos”. Para Aquino e Rosa (2009), a participação restrita dos usuários tradicionais, com suas práticas, tradição e experiência, na criação desta APA, é um dos vetores responsáveis pelo distanciamento e pela falta de identidade dos pescadores com o novo estatuto do lugar no qual produzem a subsistência.

### 3.1 Os Ilhéus e a APA

A APA da Costa do Urumajó, por se tratar de uma área costeira, apresenta como principal atividade econômica a pesca, que envolve tanto a questão cultural, quanto social no seu processo, seja nos apetrechos para execução da atividade ou na relação de companheirismo do pescador artesanal com seus parceiros de pescaria ou familiares, conforme pode ser observado nas figuras 3 e 4.

Figura 3- Apetrechos de pesca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Figura 4- Casal de pescadores artesanais



Fonte: Pesquisa de Campos, 2016

No processo de pesca são utilizadas técnicas tradicionais herdadas de seus ancestrais que são passadas entre gerações. “Os materiais utilizados nestas atividades,



bem como suas respectivas nomenclaturas, evidenciam uma ‘herança’ indígena, que geralmente passa despercebida” (BATISTA *et al.*, 2012, p.15). Sobre isso os autores afirmam:

Essas técnicas são resultados de um conhecimento empírico, que não se adquire na sala de aula, mas na labuta cotidiana, na observação dos mais velhos e na sua prática contumaz, e foram transmitidas aos caboclos urumajoenses nas relações estabelecidas ao longo do tempo com grupos indígenas, estabelecidos no curso dos rios Caeté e Urumajó (BATISTA *et al.*, 2012, p.15).

São diversos pescadores que habitam essa APA, e que sem conhecimento adequado, quanto ao manejo ideal de matéria-prima, tiram da natureza os seus sustentos. Essa falta de conhecimento ocorre devido a APA ainda não ter um plano de manejo. Segundo Giraldezza e Neiman (2010, p.127), o plano de manejo é um “[...] documento técnico elaborado por equipe multidisciplinar, no qual estão contidas orientações e informações para que se desenvolvam corretamente, atividades e ações necessárias, de modo que se atinjam os objetivos requeridos para áreas em questão”.

O plano de manejo é o documento essencial na gestão dos recursos naturais e culturais dentro de uma UC, a falta desse plano reflete diretamente na gestão da APA. Além disso, a desinformação sobre a importância desses espaços, a baixa capacidade de acompanhamento e controle da visitação impede que, de fato, essas áreas cumpram seus objetivos.

Com base nos dados da Colônia de Pescadores Z18, há na região 1.680 pescadores. Porém, o presidente da Colônia afirma que o número é maior, uma vez que há muitos inadimplentes, sem documentações necessárias, sendo a maioria sem educação formal. Para Aquino e Rosa (2009), esses pescadores lidam constantemente com as restrições à utilização, nos domínios da APA, de certas artes de pesca, como a “pesca de curral” e a pesca de “zangaria”, consideradas pelo IBAMA como predatórias (AQUINO; ROSA, 2009).

Com base nessas práticas artesanais de pesca, percebe-se a falta de sensibilização por parte daqueles que deveriam ser os principais protetores deste espaço natural. “Os pescadores artesanais da APA da Costa de Urumajó, em relação à atividade produtiva e o uso dos recursos naturais e das consequências ambientais, embora exista uma relação de respeito, há uma uniformidade de pensamento e de conduta” (ROSA, 2007, p.142). Pode-se dizer que, a falta de orientação e informação levam estes a ter essa postura diante dos recursos naturais.

Para Batista *et al.* (2012, p.100), “[...] a sobrevivência e reprodução, modo de ocupação do espaço e manejo dos recursos, no interior de tais coletividades é determinada por especificidades ambientais e socioculturais”, que levam estes a não ter controle sobre o uso do recurso que lhes proporciona a subsistência familiar.

A APA da Costa do Urumajó possui uma paisagem que passa por constante transformação, em parte pela presença humana, mas na maioria das vezes, através de fenômenos naturais. As ilhas desta região estão, aos poucos, desaparecendo por serem muito próximas ao mar aberto. Estas sofrem constantemente processo de erosão do solo, cujos aspectos são verificados na Figura 5.

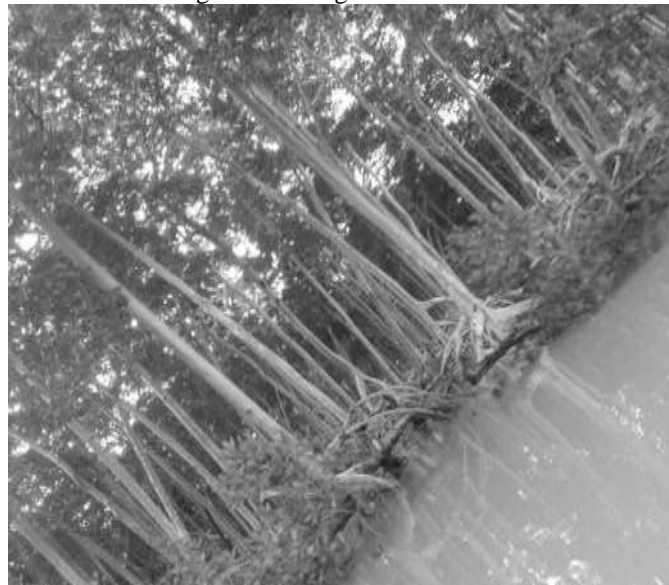
Figura 5-Erosão de ilha da APA



Fonte: Prefeitura Municipal, 2014

A APA apresenta uma natureza exuberante com árvores frutíferas e grandes mangueiros, conforme observados na Figura 6, em especial o mangue-vermelho (*Rhizophoramangle*), mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue-preto (*Avicenniaschaueriana*).

Figura 6 - Mangueiros da APA.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Na fauna, encontra-se variadas espécies de animais silvestres, espécies marinhas, várias espécies de peixes, e outros tipos de frutos do mar. Também se pôde observar a presença de aves como garças (*Ardea alba*), patos selvagens (*Cairinamoschata*), guarás (*Eudocimusruber*), flamingos (*Phoenicopteridae*) e outras espécies de pássaros como taquiris (*Nyctanassaviolácea*), e maçaricos (*Calidrispusilla*). Os guarás são as espécies mais importantes desse bioma, por estar ameaçado de extinção, sendo mais frequentes na ilha da Filipa, que é uma das mais conhecidas ilhas da costa e, se destaca como um dos maiores berçários de pássaros do estado do Pará, conforme observado na Figura 7.

Figura 7 - Ilha da Filipa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

A ilha está localizada na Baía do rio Emboraí, cerca de 1 hora de barco da sede do município. É uma Área de Preservação Permanente (APP) dentro da APA, não possui praia, somente um manguezal abundante, que chama a atenção dos visitantes. É um atrativo de grande biodiversidade, com pássaros dos mais variados, que revoam a área, vindo de vários lugares dessa região, que enriquecem a beleza natural do lugar, que já recebe certa demanda turística e é ofertada como atrativos em pacotes vendidos por empresas locais.

Os cantos e as revoadas são um espetáculo aos olhos de quem visita este espaço. Dando a volta em torno da ilha, dá para ver de perto, os ninhos dos mais diversos pássaros, além dos lagos, que são locais de alimentação das garças. Nos mangues, o que se destacam são os vermelhos dos guarás e os pretos dos taquiris, que são os primeiros a se acomodarem para dormir durante a noite, já os guarás são os últimos que chegam no final da tarde.

Estas características marcam a paisagem da APA da Costa do Urumajó, pois seus espaços naturais são “[...] representados pelos cientistas naturais, como espaço estuarino, de importante porção de manguezal a ser preservada, tanto com fins de pesquisa científica, quanto de exploração pelo ecoturismo” (AQUINO; ROSA, 2009, p.4). Os manguezais dessa região apresentam perfeito estado de conservação. Notou-se em campo, poucos impactos ambientais, tornando um ecossistema de belezas imensuráveis.

Os pescadores da APA passam temporadas de pesca na área, na maioria das vezes, constroem ranchos de pesca próximos aos locais de pesca, à beira de mangues ou do mar, como visualizado na Figura 8.

Figura 8- Rancho de pesca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

As construções dos ranchos, nesses espaços, causam danos ao *habitat* natural de diversas espécies de pássaros. As aves são obrigadas a migrarem para outras ilhas próximas, por se sentirem ameaçadas pelo fluxo de visitação.

Esses ranchos são habitações temporárias, construídas em pontos estratégicos das praias ou na linha litorânea [...]. É nesse tipo de construção que os pescadores se acomodam sazonalmente para as pescarias. Muitos levam a família, e lá se acomodam durante a temporada da pesca de peixe (NERY, 1995, p.215).

Suas construções formam um aglomerado que descaracterizam a paisagem, pois a “[...] escolha dos locais para a instalação dos ranchos não se dá de forma aleatória, são erguidos próximos de pontos piscosos, percepção adquirida no fazer cotidiano. Buscam a companhia de outros pescadores próximos” (ROSA, 2007, p. 82). Essas características sociais provocam um desequilíbrio ambiental, de tal modo que, a ilha perde suas características naturais, dando lugar a uma ocupação desordenada do espaço. Esses pescadores, na grande maioria, não possuem autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) para construção desses ranchos, nem são fiscalizados quanto ao uso dos recursos ou visitação nas APP, como a ilha da Filipa e na ilha de Camará-Açu.

#### 4 A ILHA DE CAMARÁ-AÇU

Na APA da costa de Urumajó está situada a ilha de Camará-Açu, precisamente na baía do Emboraí, cerca de 50 km (50min a 1h20m de lancha ou barco), sendo bastante visitada por pesquisadores, aventureiros, amante do ecoturismo e, principalmente, por famílias de pescadores artesanais da região e empresários locais.

A ilha possui entre seus atrativos, um diversificado patrimônio natural, com uma flora variada em espécies de árvores frutíferas, além de plantas nativas. Seus aspectos naturais se destacam pelas capoeiras, restingas, e um manguezal abundante em quase todo seu território, com uma diversidade de pássaros migratórios e animais silvestres.

Embora o acesso à ilha seja difícil, é recompensador a paisagem natural que se encontra. Esta apresenta grande extensão de praias (Praia da Areia Branca, Praia do Cupim, Praia de Camará-Açu e Praia do Cajueiro) e lagos naturais de água doce. Na Praia do Cupim vive a maioria dos pescadores, é onde se encontram os ranchos de turistas.

Na Praia de Areia Branca há grandes dunas e vegetação nativa. Essa ilha, de modo geral, não possui infraestrutura, não há saneamento básico e a limpeza é feita pelos próprios pescadores e visitantes. Há relatos de desmatamento e queimadas na área, que não são percebidos com muita frequência. Esta atividade ainda é pouca, devido à existência de pasto natural para o gado.

Segundo Barreto (2000, p.9), “[...] o patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: a natureza e a cultura”, o que torna a ilha um espaço patrimonial que segue as duas vertentes. Pois, além de ser um lugar de grandes riquezas naturais, tem como principal desbravador o pescador tradicional, que possui saberes e fazeres de sua cultura, e pelos aventureiros que frequentam o local, tornando-a um atrativo aos que buscam o segmento de ecoturismo.

Para conhecer os pescadores artesanais da ilha e saber seu modo de vida, seu cotidiano e sua cultura, foram aplicados 20 questionários para os que se encontravam trabalhando no período da pesquisa na ilha de Camará-Açu. Desse total, 95% eram homens e 5% eram mulheres.

É evidente que as atividades realizadas nessa ilha são importantes instrumentos culturais que retratam atividades econômicas milenares podendo ser fomentadas como produto do ecoturismo, pois, o turista deste segmento procura experiências únicas e troca de conhecimento com os moradores locais, tendo alteridade com o local visitado e com o cotidiano dos visitados.

Os 20 entrevistados para essa pesquisa estavam nas praias do Cupim e Areia Branca. Quanto à ocupação dos mesmos, 85% (17) são pescadores, 10% (2) catadores e 5% (1) atividade de pecuária.

Os pescadores entrevistados trabalham com canoa a motor (rabeta) ou remo, ou em pequenas embarcações. Esses meios de transportes facilitam a entrada em furos que possuem pouca extensão, auxiliando a chegada a locais mais distantes, sem ter que passar por mar aberto. Desse modo, suas atividades são desenvolvidas em lugares mais propícios aos peixes, como lagos e córregos.

Nessa região, tanto os pescadores, quanto os catadores vivem, exclusivamente, destas atividades, não tendo outro tipo de atividade laboral. Não foi notado em campo, atividades de agricultura. A falta dessa atividade é reflexo, talvez, da ausência de residente fixo na ilha, uma vez que, é preciso de cuidados mais específicos na produção agrícola, e os pescadores utilizam a ilha sazonalmente.

Os pescadores trabalham de 1 a 2 meses na ilha, vivendo diretamente da atividade da pesca. Seus produtos quando não conservados em gelo, são salgados e secos para terem um tempo maior de conservação. Quando salgados, são vendidos por preços ainda mais baixos aos atravessadores da região. Pois, a atividade da pesca, de acordo com os próprios pescadores, ainda é pouco valorizada pelo mercado local de Nova Olinda e Augusto Corrêa, os principais portos de desembarque dessa região.

Na ilha as atividades de pesca são realizadas através das técnicas tradicionais de rede, espinhel e curral, sendo a pesca de curral, mais intensa nessa área, utilizada por 53% dos pescadores entrevistados. Quanto à coleta, foi identificada somente a de Camarão, realizada por apenas 10% dos entrevistados.

Na ilha no decorrer da pesquisa identificaram-se alguns impactos antrópicos que transformam a paisagem natural e social do território, como a pesca predatória e a caça de animais silvestres e aves. Outros impactos ambientais podem ser citados, como a questão do lixo deixado, principalmente, pelo mar, queimadas realizadas por pescadores, e erosão do solo causado pelas fortes marés, conforme visualizado na Figura 9.

Figura 9 - Erosão na Praia de Areia Branca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

A erosão é um reflexo natural que acontece em outras ilhas da costa e da região costeira da Amazônia, que causa destruição ao ambiente como o da APA loco desse estudo. Grande exemplo disso é o lago de água doce que se encontrava no meio da ilha, localizado próximo à praia de Areia Branca, com percurso de caminhada de 10 a 15 minutos. Este foi invadido pelo mar, perdendo todo seu potencial, transformando-se em um lago de água salgada, ocasionando o desaparecimento do ecossistema nativo existente naquele espaço, conforme observado nas Figuras 10 e 11.

Figura 10- Antigo lago de água doce



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Figura 11 - Impactos da erosão no lago



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Na ilha há outros lagos formados pela água da chuva, que desaparecem devido ao forte verão, sofrendo o processo de desertificação. O lago da Água Doce, citado anteriormente, era o mais usado para banho e, assim como os outros, era visto de acordo com o período de inverno na Amazônia. Além deste, há outros dois lagos, o de água

salgada e o das garças e jacarés. No momento da pesquisa ambos estavam secos, devido ao verão intenso na ilha. Segundo os pescadores, fazia meses que não chovia. Esses pescadores são sabedores da existência desses lagos, mais desconhecem as trilhas, pois a floresta é densa demais, sendo algo descrito apenas nos relatos dos mais experientes.

O processo de erosão na ilha de Camará-Açu é menos intenso na praia do Cupim, devido à mesma não está de frente para o mar aberto. Essa característica faz com que esse lugar seja o mais propício para a construção de ranchos, diferente de Areia Branca, que mostra claramente os impactos desse processo, tendo sua paisagem devastada e transformada a cada ano.

Os pescadores encontrados na ilha no momento da pesquisa são na maioria do próprio município de Augusto Corrêa, mostrando, desse modo, que a pesca é exercida principalmente por pescadores locais que vendem seus produtos nos portos das comunidades do entorno de forma bem significativa. Esses pescadores trazem benefícios para a economia do município, ainda assim, são desvalorizados em suas atividades. Percebeu-se em campo, que o pescador é parte importante na característica da ilha, a maioria possui ranchos na praia do Cupim, fazendo com que essa seja a mais visitada, ainda que, com pouca infraestrutura e sem saneamento básico.

A vida dos pescadores na ilha é muito precária, pois não possuem energia elétrica e nem abastecimento de água, utilizam lanternas para trabalhar a noite e para fazer seus afazeres domésticos. A água para consumo e uso pessoal é retirada de poços da região, sendo que esses poços, principalmente da praia de Areia Branca não são bons para consumo, somente para banho, conforme demonstrado na Figura 12.

A ilha apresenta problemas de poluição, pois a pesquisa de campo evidenciou que parte dos resíduos é jogado no mangue e em outros espaços da ilha, inclusive no mar. Embora, a maioria dos pescadores tenha consciência quanto poluição, alguns queimam os resíduos, estes não se preocupam em apagar os focos de incêndios, que acabam danificando o meio ambiente, pois o fogo se espalha conforme o vento, destruindo parte da paisagem local, conforme observado na Figura 14.

Figura 12- Poços de água na ilha



Fonte: Pesquisa de Campos, 2016

Figura 13- Queimadas na ilha



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Apesar dessas condições na ilha de Camará-Açu, é comum ver pescadores com boas inter-relações e aptos a receber os visitantes, alegando que se sentem gratificados em saber que seu lugar é visto como lugar de lazer para outras pessoas. Esses pescadores buscam na pesca, refúgio para a saudade que sentem de seus familiares, pois passam longas jornadas na ilha. Em seu tempo livre, os mais velhos ouvem rádio e os mais novos rabiscam a areia, com desenhos de embarcações. Esses são sonhadores que veem a pesca, inicialmente, como uma aventura, mas que devido à necessidade e a falta de estudo, acabam não tendo opção de trabalho, se tornando definitivamente pescadores.

Apesar de todas essas questões apresentadas, as características naturais da ilha de Camará-Açu atraem, cada vez mais, visitantes ao local. Com todos esses atrativos, tanto social e cultural, como ambiental, esse patrimônio se torna um dos principais potenciais turísticos do município de Augusto Corrêa, principalmente para a atividade de ecoturismo, interligando todas essas vertentes, fomentando o atrativo para o turismo.

## 5 PERSPECTIVA DO ECOTURISMO NA ILHA DE CAMARÁ-AÇU

A ideia de transformar a ilha de Camará-Açu em atrativo para o ecoturismo surgiu a partir da análise do Inventário da Oferta Turística (PONTES, 2014). A equipe técnica que elaborou o inventário hierarquizou os atrativos existentes contemplando requisitos importantes como valor potencial, acesso, serviço e infraestrutura de recebimento dos visitantes, investimento e apoio, informação e divulgação. Neste sentido, apresentam-se as potencialidades para o ecoturismo na ilha de Camará-Açu.

A primeira parada em Camará-Açu é a praia do Cupim, conforme visualizado na Figura 14. Nessa ilha, o cotidiano do pescador é o atrativo principal, pois apresenta técnicas culturais e historicidade sobre o local visitado. A visitação turística acontece sazonalmente por empresários, que também possuem ranchos no local (ver figura 15), e também por famílias de pescadores e pesquisadores.

Figura 14- Praia do Cupim



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 15- Rancho de empresário local



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Na praia do Cupim, os ranchos dos pescadores e dos empresários são os meios de hospedagens para visitantes. Diferente dos ranchos de pescadores, os ranchos dos



empresários são seguros, e tem uma boa infraestrutura, com móveis, banheiros, energia elétrica que é gerada por motor e água encanada. Nestes casos, a visitação se dá exclusivamente para o lazer e por indicação.

No entanto, essa parte da ilha apresenta boas condições para a construção de pousadas e restaurantes, sendo o principal ponto para a construção de infraestrutura turística e de apoio, tais como posto médico, policiamento e agências de transporte turístico, por receber pouca intensidade no processo de erosão. Nesse espaço, podem ser desenvolvidas atividades do ecoturismo como trilhas ecológicas e interpretativas, mergulho livre, pesca esportiva, observação de fauna e flora, e estudos do meio ambiente.

Próximo dessa praia encontra-se a praia de Areia Branca, conforme observado na Figura 16. O seu percurso pode ser por terra na maré baixa ou pelo furo do Cupim, seguindo pelo furo da Areia Branca. Nesses dois, ouve-se o som das ondas com fortes ventos, por estarem situados próximo ao mar aberto. Nessa área, o mangue é diferenciado pela sua dimensão, comparado aos outros encontrados na APA, se destacam pela altura exuberante. Supõem que esse processo se dar devido à distância, pois sofrem poucos impactos ambientais. Nota-se a presença constante de patos selvagens e ninhos de aves marinhas, e ainda espécies endêmicas que vivem nesse ecossistema de manguezal durante o percurso de visitação.

Figura 16- Praia de Areia Branca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Areia Branca é a praia mais sossegada da ilha, por ser a mais distante da costa, apresentando um ambiente tranquilo e paradisíaco. Há poucos ranchos e poucos pescadores, a praia chama atenção pela natureza do local e sua biodiversidade. É a mais propícia praia da ilha de Camará-Açu para banho, devido apresentar uma grande extensão de areia branca que interliga às outras praias da ilha.

Há lagos de água doce no inverno, que são o diferencial dessa praia, sendo um atrativo a parte. Essa área é considerada pelos turistas e pescadores como um “paraíso no meio do mar”. Os lagos, na grande maioria, possuem águas claras e dunas que

servem para diversão de quem visita o local, apontado como o principal atrativo desta parte da ilha. Existe um guia local, pescador artesanal, que cobra em torno de R\$20,00 para levar os turistas nesses locais.

Entre as duas principais praias da ilha, Cupim e Areia Branca há frequência de grandes ondas, devido estarem na ponta próxima ao oceano, inclusive, de onde se avistam navios, de grande porte, atravessando o mar aberto. Essas características têm chamado à atenção de surfistas que procuram esse lugar paradisíaco para a prática do surf.

O turismo na ilha é feito normalmente pelos empresários locais, que chegam de lanchas e se hospedam na praia do Cupim, em ranchos que são de propriedade dos mesmos, porém, seus passeios são realizados na Praia de Areia Branca, devido esta apresentar mais atrativos naturais. Estes atravessam na maré baixa de *buggy* ou quadriciclo, para o outro lado, onde se encontram grandes dunas de areia (ver figura 17), vegetação nativa, lagos de água doce e um observatório particular (ver figura 18), de onde pode ser vista a extensão da ilha.

Figura 17 - Dunas de Areia Branca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 18 - Observatório



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

A hospedagem na praia da Areia Branca é feita em ranchos de pescadores, mas há potencial para construção de pousadas, restaurantes e camping. Nesse espaço, podem ser desenvolvidas atividades do ecoturismo como trilhas ecológicas e interpretativas, mergulho livre, observação de fauna e flora, e estudos do meio ambiente.

Apesar de as transformações no espaço natural da ilha, devido à erosão, essa tem certa visitação turística. O turismo ainda é uma atividade pouco frequente e não planejada. Essa visitação, embora ainda em processo de crescimento, pode causar impactos ainda mais devastadores, tanto na cultura local dos pescadores, quanto no meio natural. Pois, pode-se desenvolver um turismo massificado que é comum em APA costeira (QUARESMA, 2003).

Pesquisas apontam que os pescadores veem o turismo apenas como a atividade de visitação das praias para banho, características do turismo de sol e mar (QUARESMA, 2003; FERNANDES, 2011). É evidente que conhecem apenas o turismo massificado. Para estes a seletividade dos visitantes mostra atividade turística no local fraca, desconhecendo o ecoturismo, com o qual podem ser beneficiados, sem

perder suas identidades culturais, abandonando suas atividades de pesca, mas fazendo parte do processo como autores principais e não coadjuvantes utilizando sua própria cultura das águas, pesca artesanal, como atrativo turístico.

De acordo com relatos dos próprios pescadores, alguns turistas não possuem alteridade com seu modo de vida, fazem barulho, jogam lixo, embriagam-se e os incomodam, pois precisam descansar durante o dia, para trabalhar de madrugada, de acordo com o horário da maré. Não apontam os donos de ranchos (empresários locais) como esses turistas, mas pessoas que vêm à ilha se aventurar.

Os entrevistados na ilha têm certo conhecimento sobre a atividade turística, 90% destes, vivenciam a atividade e sabem dar informações sobre a mesma, por outro lado, 90% desconhecem o termo ecoturismo e a importância desse tipo de atividade para a região. Quando questionados se a presença de visitantes interfere no cotidiano dos pescadores, 50% dos pescadores disseram que sim, mas 50% disseram que não. Isto demonstra que os pescadores estão divididos quanto à presença dos visitantes nas suas atividades cotidianas.

Ao observar o turismo na ilha a partir dos relatos dos pescadores, pode-se perceber aspectos do turismo de massa. De acordo com Quaresma (2003), o processo de massificação do turismo tem gerado os mais diversos impactos possíveis ao meio natural. Para Quaresma (2003, p.113), “[...] os principais elementos motivadores são a existência dos recursos naturais e a busca de lazer em áreas praianas, sendo tal prática na maioria das vezes transvestida de ecoturismo”.

O turismo de massa por ter como principal atrativo a praia, provoca sérios transtornos ambientais, causado pelo consumo excessivo do espaço natural, gerando acúmulo de lixo urbano, crescimento desordenado de casas de veraneio e aumento da retirada de areia, pedra e madeira para construções de pousadas, restaurantes e resorts. Observa-se ainda aculturação e crescimento da especulação imobiliária (QUARESMA, 2003).

Alguns desses aspectos foram identificados na pesquisa de campo. A área apesar de não receber visitação intensa, já sofre com a desorganização do turismo, que se iniciou recentemente na ilha. Nesse sentido, há necessidade de planejamento para a atividade, a fim de evitar uso/ocupação desordenado, significativo para o meio natural da ilha, inclusive para o cotidiano do pescador, que pode ter seu modo de vida modificado pelo turismo massificado, como apontam os estudos feitos por autores como Mattedi (1999), Quaresma (2003) e Fernandes (2011).

O ecoturismo em Camará-Açu precisa ser desenvolvido de forma planejada e dentro dos parâmetros legais, uma vez que, está relacionado às questões de diversidades natural e social. Pois esta atividade, dentre os segmentos turísticos visa proporcionar benefícios às localidades nas quais é inserido, desenvolvendo-as sustentavelmente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas de desenvolvimento do ecoturismo na APA da Costa do Urumajó foram percebidas inicialmente pelos estudos socioeconômicos do município em 1989, ano de criação da APA, e pelo inventário da oferta turística de 2014, que apontaram potencialidades que foram confirmadas pela pesquisa de campo. Desse modo, permitindo indicar os possíveis atrativos para o desenvolvimento do ecoturismo na ilha de Camará-Açu e evidenciar como esta atividade acontece atualmente.

A partir deste estudo, confirmou-se que a atividade turística se desenvolve de forma espontânea e não planejada. Evidenciou-se que a cultura da pesca e a relação do

pescador com o meio natural da ilha de Camará-Açu são características peculiares para o desenvolvimento do ecoturismo, uma vez que, a atividade turística está associada à preservação da natureza e da cultura local, na qual o turista busca experiências diferentes da sua realidade habitual. O turista é parte importante do processo de preservação desses espaços naturais, mas precisa ser sensibilizado quanto à importância do meio ambiente para futuras gerações e para valorização da cultura local.

A ilha de Camará-Açu apresenta características importantes para este tipo de turismo, não somente por apresentar atrativos naturais diferenciados, como se mostrou neste trabalho, mas por ser um espaço natural ainda conservado, no qual o principal desbravador é o pescador local. Desse modo, a implantação do ecoturismo torna-se viável, pois há possibilidade de ter controle de demanda.

Os problemas de impactos ambientais evidenciados são, em grande parte, ocasionados pela ausência do plano de manejo desta UC, dificultando a gestão e a fiscalização das atividades que envolvem uso dos recursos naturais e ocupação/uso do solo. Tais problemas, não diminuem o potencial da ilha para o desenvolvimento da atividade turística. Contudo, devem-se buscar formas de aproximação dos pescadores locais nas decisões de planejamento, uma vez que, a participação destes ainda é incipiente nas decisões direcionadas ao turismo.

Neste sentido, apresentam-se propostas para o desenvolvimento do ecoturismo na ilha de Camará-Açu. Inicialmente, com a elaboração e implementação do plano de manejo da UC, sendo este a *priori*, o precursor da efetivação deste processo. Elaboração de cursos de manejo dos recursos naturais e de hospitalidade para acolhimento dos turistas. Realização de cursos de empreendedorismo criativo, roteirização turística e de condutores locais de turismo para os pescadores e seus familiares. A participação das comunidades permitirá um olhar diferenciado para a conservação dos espaços naturais e para a valorização da cultura local, que são essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo na ilha de Camará-Açu.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Herbert Georges; SILVA, Graciete Branco Cunha. (Org). **Socio-economia do Município de Augusto Corrêa**. Belém: Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia – PRIMAZ, 1998. 79p.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: editora SENAC, 2001. 320p.

AQUINO, Maria José da Silva; ROSA, Benilde de Nazaré Lameira. Uso e proteção ambiental no litoral atlântico amazônico: em debate práticas e saberes em unidades de conservações. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.6, n.12, 2009. p.131-144.

AUGUSTO CORRÊA (Município). **Lei Municipal Nº1352 /98 de Augusto Corrêa** – Institui a “Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó” e dá outras providências, 1998.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas São Paulo: Papirus, 2000. 96p.

BATISTA, Iani Maria Silva *et al.* **Histórias e memórias urumajoenses**: novas perspectivas. Belém: Editora Açai, 2012. 138p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística /**IBGE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/augusto-correa/panorama>>. Acesso em: 11 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 60p.

\_\_\_\_\_. **Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 109p.

CAMPOS, Ângelo Mariano Nunes. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, v.5, n.1, 2005. p.1-6.

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico**: limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA). 2008. 397 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Pará, 2008.

CAVALCANTE, Márcio Balbino; FURTADO, Edna Maria. Políticas públicas de turismo em Unidades de Conservação. **Mercator**, Fortaleza, v.10, n.21, p.133-146, jan/abr. 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994. 163p.

FERNANDES, Maria Célia. **Empreendedorismo ambiental e preservacionismo compensatório**: o turismo e as Unidades de Conservação Parque Estadual das Dunas e Área de Proteção Ambiental Jenipabu- RN. 2011. 236 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GIRALDELLA, Heloana; NEIMAN, Zysman. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. 332p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **UCs federais e estaduais na Amazônia Legal.** <https://uc.socioambiental.org/category/assunto/c%C3%B4mputos/ucs-federais-e-estaduais-na-amaz%C3%B4nia-legal>. Acesso em: 16 dez. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas 2003. 310p.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Planejamento e gestão do turismo e do meio ambiente na Bahia. Bahia. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v.1, n.1. p.1-21. 1999.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v.IX, n. 1, p.41-65, jan/jun, 2006.

NASH, Roderick Frazier. **Wilderness and the American mind.** Yale University, 1967. 256 p.

NERY, Arian da Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – Zona do Salgado – Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v.11, n.2, p.199-293, 1995.

PONTES, Ana Carolina (Org). **Inventário da oferta turística: hierarquização de atrativos, diagnóstico da infraestrutura de turismo, relatório de oportunidades de negócios.** Actio Engenharia Turística. Augusto Corrêa/ Pará, 2014. 163p.

QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental Algodual/Maiandeuá.** Belém: UFPA, NAEA, 2003. 254p.

\_\_\_\_\_, Helena Doris de Almeida Barbosa. Unidades de Conservação da natureza- UCs – como instrumento de políticas pública. **Papers do NAEA**, n.114, p.1-25, 1998.

RENTE, Andréa Simone Gomes. **Áreas de Proteção Ambiental como inspiração para o desenvolvimento sustentável com liberdade: o caso da criação da APA – Alter do Chão/Pa.** 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROSA, Benilde de Nazaré Lameira. **Somos parceiros? Representações e relações sociais na pesca em unidade de conservação- Em foco a APA da Costa de Urumajó.** 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes; PINTO, Paulo Moreira; CAMPOS, Raul Ivan Raiol. **Unidades de Conservação em Martírios/Andorinhas: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas.** Belém: UFPA, 2007. 87p.

VERÍSSIMO, Adalberto *et al.* (Org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios.** Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. 89p.

VIEIRA, Gabriela Duarte; BULHÕES, Nauê Gonçalves; BULHÕES, Tainá Gonçalves. Paisagens do ecoturismo na estrada real: reflexão sobre o planejamento e gestão do segmento no Polo Diamantina (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.4, p.157-175, nov. 2013.

***Perspective of Ecotourism on the Island Camará-Açu and Relation of Belonging of Local Fisherman with the APA of the Coast of the Urumajó***

***Abstract***

*The present article discusses the possibility of developing ecotourism in Protected Areas in the Amazon region; specifically, on the Island of Camará-Açu, belonging to the Environmental Protected Area (APA) of the Urumajó Coast, located in the northeastern region of the state of Pará, of responsibility of the municipality of Augusto Corrêa. The study aimed to identify the potential of ecotourism on the island of Camará-Açu, through the socioeconomic, cultural and environmental aspects of the APA. This study was based on bibliographic and documental surveys, and field research. The natural aspects and daily life of artisanal fishermen on the Island of Camará-Açu were analyzed. The results indicate that the island presents differentiated natural attractions, although, there are environmental problems that can be solved with the elaboration of the management plan; tourism activities occur without planning and spontaneously; the culture of fishing and the relationship of artisanal fishermen to the natural environment are important for ecotourism development on the island.*

***Key-words:*** Protected Area. Ecotourism. Camará-Açu. Artisanal fishermen.

Artigo recebido em 01/08/2018. Artigo aceito em 05/06/2019.